

**SONORA ESTÂNCIA S.A.**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Safra 2025/2026**

**Senhores Acionistas,**

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a administração da Sonora Estância S.A. (Companhia) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei 6.404/1976, conforme alterada e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

**1. AS COMPANHIAS** Nossas companhias são compostas pela Sonora Estância S.A. produtora de açúcar, etanol e Co-Geração de energia elétrica e pelas subsidiárias integrais (i) Rio Corrente Agrícola S.A. produtora de cana de açúcar e outros produtos agrícolas como soja e milho vendidos a terceiros, e a (ii) Nearco Imóveis Ltda. administradora e comercializadora de imóveis, que em conjunto denominam-se, Grupo ou Companhia.

**2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO** Encerramos a Safra 2025/2026 de forma positiva, não obstante a redução de produtividade do canavial em função do stress hídrico observado ao longo da safra. Tivemos a manutenção do Rating Corporativo em escala "A" por parte da S&P Global e demos início ao plano de expansão da Companhia com o aumento de área agricultável através de nova parceria agrícola firmada. Todavia, a manutenção de elevada taxa de juros continua sendo um ponto de atenção em nossas despesas financeiras, além dos custos de insumos e matérias primas essenciais às nossas atividades, que dada às instabilidades geopolíticas mundiais, continuam com volatilidade relevante. Diante deste cenário, e atentos aos preços das commodities, a Administração tomou as ações que julgou adequadas e necessárias à preservação da continuidade dos negócios e saúde financeira da Companhia. Mantemos nosso compromisso com a manutenção de altos padrões de produção e comercialização, perseguindo a melhoria contínua em nossos processos agrícolas, industriais e administrativos, sempre de acordo com os requisitos exigidos pelos órgãos reguladores, clientes, fornecedores e guiados pelos princípios de conduta ética, segura, social e ambientalmente responsável que norteiam a Companhia.

**3. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS**

- MOAGEM: Moemos 1.806,6 milhão de toneladas em 2025/26, 6,4% menor em relação à safra anterior.
- ATR: atingimos 132,92kg de ATR por tonelada de cana, com uma produtividade média do canavial de 80,2 toneladas por hectare, uma redução de 7,5% na comparação com a safra anterior, efeito resultante do stress hídrico já mencionado. Como resultado, a produção de ATR total da companhia nesta safra totalizou 240,1 mil toneladas.
- AÇÚCAR: Produzimos 2.210,8 mil Sc/50Kg. Nossa receita bruta de açúcar totalizou R\$ 256,3 milhões, uma involução de 35% em função da menor produção e conseqüentemente menor volume de venda.
- ÁLCOOL: a produção de etanol hidratado foi 14,4% inferior, atingindo 76 mil m<sup>3</sup>. Nossa receita bruta de etanol atingiu R\$ 251,7 milhões, representando uma involução de 1,8%% em comparação a safra anterior.
- ENERGIA: Comercializamos 72,3 mil MWh gerando uma receita bruta de R\$ 21,2 milhões.

**4. ASPECTOS ECONOMICO-FINANCEIROS**

- RECEITA LÍQUIDA TOTAL AJUSTADA: no exercício, a receita líquida ajustada pelas operações de *hedge* de açúcar alcançou R\$534.469 milhões, um decréscimo de 4,9% em relação ao período anterior. O menor volume de produção em decorrência da piora da qualidade do canavial no final da safra e da queda de preços, explicam essa variação.
- DÍVIDA LÍQUIDA: a dívida líquida do Grupo totalizou R\$444,1 milhões, uma alavancagem da ordem de R\$63,1MM, fazendo com que a relação Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO fique em 1,57x. .
- LIQUIDEZ: O Grupo teve como estratégia a manutenção de sua liquidez de caixa e assim, encerramos o período com Liquidez Corrente de 3,86x e Índice de Cobertura (disponibilidade + estoques de produtos acabados sobre dívida de curto prazo) de 3,24x.
- EBITDA AJUSTADO: Atingimos um EBITDA de R\$ 282.024 milhões nesta safra, o que representa uma redução de 12,8% em relação ao da safra anterior. Neste nível, nossa margem EBITDA foi de 52,8%.

**5. INVESTIMENTOS** Ao longo do tempo a Companhia tem se comprometido na busca de melhores resultados, através de iniciativas e esforços que capturem redução dos custos agrícolas, industriais e administrativos além da melhoria contínua na produção de açúcar e etanol. Para tanto, acompanha periodicamente os principais benchmarks de mercado e mantém sua política de investimentos e modernização do parque industrial, mecanização agrícola, controle ambiental e estrutura de gestão administrativa, aplicando seus recursos de forma seletiva com a cautela que o momento exige. Neste exercício foram feitos investimentos na renovação de frota das operações agrícolas, englobando colhedoras, tratores e caminhões, com a expectativa de aumento de produtividade e redução de custos operacionais para as próximas safras. Iniciamos a segunda etapa do projeto de irrigação por gotejamento e iniciamos uma revisão do plano diretor de irrigação para analisar viabilidade de incorporar outras tecnologias além do gotejamento. Os investimentos não recorrentes dessas iniciativas atingiram nesta safra o montante de aproximadamente R\$37 milhões.

**6. RECURSOS HUMANOS** Um dos objetivos da gestão de recursos humanos é adotar políticas de incentivo ao treinamento, com atuação muito forte junto ao pessoal de produção, garantindo, assim, elevados padrões de qualidade e melhora nos índices de produtividade. Demos seqüência ao programa de treinamento das lideranças, e seguimos também com o projeto de estágio, atraindo jovens para darem seus primeiros passos profissionais em nossa organização, desenvolvendo-os em busca de uma relação de longo prazo ao final do programa. A Companhia está totalmente comprometida com a manutenção de um ambiente de trabalho seguro, saudável e livre de acidentes ambientais, através do atendimento de todos os requisitos legais necessários às operações. Na safra 2025/2026, a Usina Sonora manteve-se atenta e monitorando potenciais novas ondas de propagação de doenças transmissíveis e fez campanha de vacinação quando aplicável para continuar garantindo a segurança e a saúde de seus

colaboradores. Trabalhamos mantendo todos os protocolos exigidos pela OMS (Organização Mundial da Saúde), pelos órgãos federais, estaduais e municipais durante toda a Safra 25/26.

**7. RESPONSABILIDADE SOCIAL E GESTÃO DE MEIO AMBIENTE** Seguindo a prática de muitos anos, a política de ação social da Companhia baseia-se no relacionamento e programas desenvolvidos em conjunto com associações comunitárias, fundações e escolas, visando o bem-estar social de seus colaboradores e das comunidades onde atuam. Assim, a Companhia manteve ativas ações abaixo mencionadas:

- Projeto Aula de Inglês em parceria com a Escola Right Way atendendo aproximadamente 48 alunos dependentes ou colaboradores da Usina Sonora.
- Projeto Escola Estudantil Lorenzo Giobbi: Educação básica para crianças de 0 a 3 anos de idade de dependentes dos nossos colaboradores da Usina Sonora, beneficiando em torno de 120 crianças com 100% de apoio da Companhia.
- Projeto Educa Mais, que atende aproximadamente 320 crianças e adolescentes no contraturno escolar, com oficinas de reforço escolar, leitura, informática, escolinha de futebol, violão, pintura e experimentos científicos.
- Convênio Educacional que possibilita o acesso ao ensino particular dos dependentes dos colaboradores, custeando 60% da mensalidade escolar.
- Apoio ao Projeto Esperança Giuseppe Gutilla, com a cessão de duas colaboradoras em tempo integral. A instituição atende aproximadamente 200 crianças e adolescentes.

Atentas ao cumprimento da legislação ambiental, ao desenvolvimento sustentável e ao fiel cumprimento da sua política de sustentabilidade, a Companhia desenvolve e expande suas atividades com absoluto respeito ao meio-ambiente.

**8. DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO** A Administração propõe aos seus acionistas que, do lucro total do exercício, no montante de R\$ 84.381 mil sejam destinados: (i) R\$ 4.219 mil para a Reserva Legal; (ii) R\$ 60.122 mil para Reserva para Futuros Investimentos; e (iii) R\$ 20.040 mil destinados ao pagamento de dividendos mínimos aos acionistas..

**9. AGRADECIMENTOS** Agradecemos a todos os clientes, fornecedores e demais parceiros de negócio pela confiança e apoio a esta Administração.

Especial agradecimento aos nossos colaboradores, pelo engajamento e dedicação para com o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

**LUCA GIOBBI - Diretor Presidente**

**Sonora Estância S.A.**

**Balanco patrimonial em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025			2026	2025	2026	2025
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	9	326.107	404.990	350.802	426.897	Empréstimos e financiamentos	19	75.816	82.079	104.842	123.179
Aplicações financeiras	10	6.733	28.921	6.733	28.921	Fornecedores	20	13.120	51.356	40.044	46.560
Contas a receber de clientes	11	23.210	46.599	26.914	48.956	Obrigações tributárias	21	1.330	880	1.791	1.171
Estoques	12	58.251	26.152	90.620	60.415	Obrigações trabalhistas		6.829	6.029	24.158	21.801
Impostos a recuperar	13	20.554	21.476	21.768	25.814	Impostos e contribuições parcelados	22	6.719	5.694	7.701	6.601
Partes relacionadas	26	-	19.125	-	-	Títulos de crédito	23	19.254	21.976	19.254	21.976
Ativos biológicos	14	-	-	197.780	183.041	Adiantamentos de clientes		2.089	79	2.177	459
Adiantamentos a fornecedores	15	123.711	28.716	34.204	32.034	Arrendamentos	25	-	-	69	270
Operações com derivativos	24	51.811	1.014	51.811	1.014	Outras obrigações		2.995	11.235	3.017	11.527
Outros créditos	16	926	1.271	2.742	3.111			128.152	179.328	203.053	233.544
		611.303	578.264	783.374	810.203						
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	19	327.244	311.973	519.490	525.600
Mútuos a receber	26	413	14.074	413	14.071	Arrendamentos	25	-	-	522	522
Tributos diferidos	28	42.959	53.855	-	-	Dividendos e JCP a pagar	26	20.040	30.680	20.041	30.680
Outros créditos	16	33	147	1.604	1.720	Impostos e contribuições parcelados	22	5.555	9.618	8.154	12.945
		43.405	68.076	2.017	15.791	Títulos de crédito	23	158.051	166.089	158.051	166.089
Investimentos - controladora	17	310.734	321.058	-	-	Provisão para contingências	27	39	410	3.242	4.610
Investimentos - outros		1.481	1.235	3.238	2.719	Tributos diferidos	28	-	-	140.609	136.419
Intangível		164	169	164	169	Outras obrigações		-	47	-	45
Imobilizado	18	190.835	183.843	782.690	735.321			510.929	518.817	850.109	876.910
Ativo de direito de uso	25	-	-	520	751	<b>Patrimônio líquido</b>					
		546.619	574.381	788.629	754.751	Capital social	29.a	134.882	134.882	134.882	134.882
						Ajustes de avaliação patrimonial	29.b	132.601	132.601	132.601	132.601
						Reserva de lucros		251.358	187.017	251.358	187.017
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>518.841</b>	<b>454.500</b>	<b>518.841</b>	<b>454.500</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.157.922</b>	<b>1.152.645</b>	<b>1.572.003</b>	<b>1.564.954</b>			<b>1.157.922</b>	<b>1.152.645</b>	<b>1.572.003</b>	<b>1.564.954</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receita líquida de vendas	30	475.170	605.985	469.706	590.045
Custo dos produtos vendidos	31	(332.966)	(378.050)	(272.551)	(250.341)
Valor justo dos ativos biológicos	14	-	-	11.438	(42.361)
<b>Lucro bruto</b>		<b>142.204</b>	<b>227.935</b>	<b>208.593</b>	<b>297.343</b>
Despesas gerais e administrativas	31	(76.603)	(81.522)	(128.149)	(129.295)
Despesas com vendas	31	(51.943)	(57.297)	(51.943)	(57.297)
Resultado de equivalência patrimonial	17	(10.324)	4.392	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	31	(1.811)	6.554	(4.974)	3.585
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>1.523</b>	<b>100.062</b>	<b>23.527</b>	<b>114.336</b>
Receitas financeiras	32	191.938	73.786	196.680	75.697
Despesas financeiras	32	(98.184)	(119.947)	(131.580)	(145.166)
		93.754	(46.161)	65.100	(69.469)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>95.277</b>	<b>53.901</b>	<b>88.627</b>	<b>44.867</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		-	-	(56)	(7)
Diferidos	28	(10.896)	(194)	(4.190)	8.846
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>84.381</b>	<b>53.707</b>	<b>84.381</b>	<b>53.706</b>
<b>Lucro líquido por ação básico e diluído - em Reais</b>	29.h			<b>10,80</b>	<b>6,88</b>

**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2026 (Em milhares de Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
<b>Lucro líquido do exercício</b>	84.381	53.707	84.381	53.707
Outros resultados abrangentes	(4.219)	14.791	(4.219)	14.791
- Realização parcial da avaliação patrimonial	(4.219)	9.762	(4.219)	9.762
- Realização IRPJ e CSL s/ avaliação patrimonial	-	5.029	-	5.029
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>80.162</b>	<b>68.498</b>	<b>80.162</b>	<b>68.498</b>
<b>Atribuível à:</b>				
Acionistas controladores			80.162	68.498
<b>Lucro líquido por ação básico e diluído - em Reais</b>			<b>5,15</b>	<b>11,05</b>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)**

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva para futuros investimentos	Reserva de Incentivos fiscais		
<b>Em 31 de março de 2024</b>	134.882	132.601	16.587	101.412	48.511	-	433.993
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.707	53.707
Constituição de reserva	-	-	2.685	17.822	-	(20.507)	-
Remuneração sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(33.200)	(33.200)
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>134.882</b>	<b>132.601</b>	<b>19.272</b>	<b>119.234</b>	<b>48.511</b>	<b>-</b>	<b>454.500</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	84.381	84.381
Reserva legal	-	-	4.219	-	-	(4.219)	-
Constituição de reserva	-	-	-	60.122	-	(60.122)	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(20.040)	(20.040)
<b>Em 31 de março de 2026</b>	<b>134.882</b>	<b>132.601</b>	<b>23.491</b>	<b>179.356</b>	<b>48.511</b>	<b>-</b>	<b>518.841</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>95.277</b>	<b>53.901</b>	<b>88.627</b>	<b>44.867</b>
Ajustes					
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		-	22	-	22
Depreciação e amortização	31	15.643	14.609	101.706	96.803
Amortização de tratos culturais de cana-de-açúcar		-	-	71.463	57.982
Custo contábil do ativo imobilizado e investimento baixados	18	1.187	99	16.994	4.241
Ganhos com derivativos	32	(50.797)	(13.551)	(50.797)	(13.497)
Resultado de equivalência patrimonial	17	10.324	(4.392)	-	-
Ajuste do valor justo dos ativos biológicos	14	-	-	(11.438)	42.361
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	33	53.727	46.422	86.521	69.519
Juros e variação monetária sobre títulos de crédito	23	27.430	20.009	27.430	20.009
Juros sobre arrendamentos	25	-	-	44	58
Juros e variação monetária - impostos e contribuições parcelados		1.283	2.054	1.674	2.340
Provisão (reversão) para contingências	27	(371)	(88)	(1.368)	2.407
		<u>153.703</u>	<u>119.085</u>	<u>330.856</u>	<u>327.112</u>
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber		23.389	(107)	22.042	158
Estoques		(32.099)	(1.511)	(30.205)	(13.929)
Impostos a recuperar		922	15.667	4.046	12.433
Adiantamentos a fornecedor		(94.995)	(26.919)	(2.170)	(28.601)
Outros créditos		459	(562)	485	(939)
Ativos biológicos		-	-	(74.764)	(87.171)
Fornecedores		(38.236)	10.973	(6.516)	10.181
Obrigações tributárias		450	(1.063)	620	(964)
Pagamento de IRRF sobre JCP		-	(4.980)	-	(4.980)
Obrigações trabalhistas		800	272	2.357	1.850
Adiantamentos de clientes		2.010	(21)	1.718	(130)
Impostos e contruições parcelados		(4.321)	(4.135)	(5.365)	(5.082)
Outras obrigações		(8.287)	(6.801)	(8.555)	(6.822)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>3.795</b>	<b>99.898</b>	<b>234.549</b>	<b>203.116</b>
Juros pagos - empréstimos e financiamentos	33	(57.398)	(38.366)	(88.958)	(56.837)
Juros pagos - títulos de crédito	23	(16.792)	(16.205)	(16.792)	(16.205)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(70.395)</b>	<b>45.327</b>	<b>128.743</b>	<b>130.074</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aplicações financeiras		22.188	34.137	22.188	34.169
Investimento em canavia - planta portadora	31	-	-	(91.390)	(77.612)
Aquisição de imobilizado e intangível	31	(23.817)	(18.784)	(74.442)	(68.170)
Rendimentos de investimentos - outros		(246)	(595)	(519)	(1.334)
Investimentos em participações societárias		-	(1.250)	-	-
Partes relacionadas	26	32.786	(33.987)	13.658	(11.859)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<b>30.911</b>	<b>(20.479)</b>	<b>(130.505)</b>	<b>(124.806)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos		(30.680)	(19.540)	(30.680)	(19.540)
Títulos de crédito - captação	23	-	69.536	-	69.536
Títulos de crédito - pagamento de principal	23	(21.398)	(37.997)	(21.398)	(37.997)
Empréstimos e financiamentos - captações	33	105.000	102.191	122.648	249.554
Empréstimos e financiamentos - pagamentos de principal	33	(92.321)	(55.254)	(144.658)	(128.784)
Arrendamento mercantil - renensuração/adição	25	-	-	26	1
Pagamento de arrendamento mercantil	25	-	-	(271)	(302)
Dividendos recebidos		-	14.434	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	22.500	-	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>(39.399)</b>	<b>95.870</b>	<b>(74.333)</b>	<b>132.468</b>
<b>(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>		<b>(78.883)</b>	<b>120.718</b>	<b>(76.095)</b>	<b>137.736</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	9	<b>404.990</b>	<b>284.272</b>	<b>426.897</b>	<b>289.161</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	9	<b>326.107</b>	<b>404.990</b>	<b>350.802</b>	<b>426.897</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1 Contexto operacional**

A Sonora Estância S.A. ("Companhia" ou "Controladora") tem por objeto a produção, a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos agrícolas, agropecuários e seus derivados, em todas as suas modalidades, inclusive a cultura e a industrialização de cana-de-açúcar, para produção e comercialização de álcool, açúcar e seus derivados. A Companhia pode participar de outras sociedades empresariais, com os mesmos objetivos ou outros, na qualidade de sócia-cotista ou acionista, obedecidos aos preceitos legais e regulamentares vigentes. A Companhia controla integralmente a Rio Corrente Agrícola S.A. ("Controlada Agrícola") que tem por objeto a exploração e comercialização de produtos agrícolas, principalmente das culturas de cana-de-açúcar e soja; e também a Nearco Imóveis Ltda. ("Controlada Imobiliária") tem por objeto a administração e venda de imóveis e loteamentos; os quais, em conjunto constituem o "Grupo".

As operações da Companhia concentram-se na produção de etanol e açúcar, processados a partir de cana-de-açúcar, fornecida principalmente pela sua controlada Rio Corrente Agrícola S.A.

**2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 29 de junho de 2026.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

**a. Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

**b. Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia detém o controle da Rio Corrente Agrícola S.A., empresa controlada incluída na consolidação, sediada em Sonora-MS, que tem por objeto a exploração e comercialização de produtos agrícolas, principalmente das culturas de cana-de-açúcar e soja. E da Nearco Participações Ltda., empresa criada em 05 de maio de 2022, estabelecida na cidade de Sonora-MS, e que tem por objeto a administração e venda de imóveis e loteamentos.

**Percentual de participação**

<b>Controlada</b>	<b>2026</b>	<b>2025</b>
Rio Corrente Agrícola S.A.	100%	100%
Nearco Participações Ltda.	100%	100%

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da "Companhia" são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

**3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis**

O Grupo não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

**4 Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

O Grupo aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**4.1 Consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

**a. Controlada**

Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhia e controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

#### **b. Perda de controle em controladas**

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

#### **c. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia nas demonstrações financeiras individuais são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

#### **4.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos".

#### **4.3 Aplicações financeiras**

Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 360 dias.

#### **4.4 Ativos financeiros**

##### **4.4.1 Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de açúcar, etanol e energia elétrica e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de crédito (*impairment*).

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **4.4.2 Classificação e mensuração subsequente**

###### *Instrumentos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.*

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas.**

##### **Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

##### **Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### *Ativos financeiros*

O Grupo classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como: Instrumentos derivativos de *hedge* e Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

##### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

##### **Ativos financeiros a VJR**

Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

##### **Empréstimos e recebíveis**

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

##### *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### **4.4.3 Desreconhecimentos**

##### *Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou

quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **4.4.4 Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **4.5 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo.

O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, e portanto são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

#### **4.6 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A cana de açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

#### **4.7 Ativos biológicos**

Os ativos biológicos compreendem as lavouras de cana-de-açúcar e soja, e são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 14.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do valor justo dos ativos biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola cortada /vendida, avaliada por seu valor justo.

#### **4.8 Ativos intangíveis**

##### **Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

#### **4.9 Imobilizado**

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico ou seu custo atribuído, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros

reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

#### **4.10 Impairment de ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **4.11 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **4.12 Empréstimos e financiamentos e títulos de créditos**

Os empréstimos e financiamentos e títulos de créditos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e os títulos de créditos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e títulos de créditos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para o Grupo e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **4.13 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **4.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

No caso da controladora e da Rio Corrente Agrícola S/A, a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social são feitas pelo regime de Lucro Real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço onde o Grupo atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total

devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

No caso da Nearco Participações Ltda., o IRPJ e CSLL são apurados através do Lucro Presumido com alíquotas de 15% e 9%, respectivamente.

#### **4.15 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

#### **4.16 Reconhecimento da receita**

O Grupo segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pelo Grupo, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações

##### **a. Venda de produtos**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A receita com venda de produtos é reconhecida quando é efetuado a entrega dos produtos comercializados para o cliente, a depender dos termos contratuais firmados (incoterms), e não há qualquer obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos.

##### **b. Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### **4.17 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de suas controladas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

#### **4.18 Arrendamentos - CPC 06 (R2)**

Os contratos de arrendamentos nos quais o Grupo possui o direito de uso dos ativos arrendados são registrados como se fosse uma compra financiada com as taxas dos contratos de financiamentos do Grupo, reconhecendo, no seu início, um direito de uso do ativo e um passivo de financiamento (arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar), pelo valor de direito de uso contratado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração do Grupo considerou, a nova revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, que substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento/parceria. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Na adoção do CPC 06 (R2), o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos e parcerias que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental calculada de acordo com os riscos e prazos dos contratos, calculada por sua administração em 6,5% a.a.

O Grupo possui também contratos de parcerias agrícolas de terras com terceiros que não se enquadraram no conceito da norma do CPC 06 (R2) em função de não haver pagamentos fixos ou mínimos a serem pagos aos parceiros, estando os pagamentos 100% atrelados a percentual variável da produção de cana-de-açúcar da controlada Rio Corrente.

Na primeira aplicação do CPC 06 (R2), o Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- Uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos e parcerias agrícolas com características razoavelmente similares.
- Contabilização de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de abril de 2019 como arrendamentos de curto prazo.

O Grupo também optou por não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na data de aplicação inicial. Em vez disso, em relação a contratos celebrados antes da data de transição, o Grupo utilizou sua avaliação executada por meio da aplicação prevista no CPC 06 (R2) para determinação se um acordo contém um arrendamento.

#### **As atividades de arrendamento do grupo e a maneira como são contabilizadas**

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos que podem ser considerados variáveis, mas, em essência, são fixos), menos incentivos de arrendamentos a receber.
- Pagamentos de arrendamentos variáveis baseadas em algum índice ou taxa.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento/ contrato de parceria agrícola. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa de empréstimo incremental do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ou parceria agrícola.
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos e parcerias agrícolas feitos na data inicial, ou antes dela.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como um gasto no custo de produção. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de até 12 meses.

#### **Opções de prorrogação e extinção**

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em contratos de arrendamentos e do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos, porém, estas opções de prorrogação e extinção precisam ser acordadas em comum acordo entre as partes, e não podem ser exercidas apenas pelo Grupo. Assim, o Grupo adotou os prazos firmados em contrato, por entender não possuir obrigação executável além do contratualmente estabelecido.

Ao determinar o prazo do arrendamento e parcerias, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de extinção. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento ou parceria serão prorrogados (ou não será extinto). Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle do arrendatário ou parceiro.

#### **Obrigações com arrendamentos**

Referem-se a obrigações com arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas, provenientes da adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. As principais alterações introduzidas por essa norma e os impactos para o Grupo, que passou a ser adotada a partir de 1º de abril de 2019, estão descritos nesta nota e também apresentados na Nota 25.

#### **5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - Instrumentos financeiros.
- **Notas explicativas 25** - o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação; e
- **Nota explicativa 28** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

##### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:

#### **Valor justo dos ativos biológicos**

A avaliação do ativo biológico utiliza premissas para determinar seu valor justo, tais como: rendimento agrícola estimado, custos estimados de tratamentos culturais até o início da colheita, preço estimado dos produtos agrícolas (Nota 14), apresentando exposição de risco nível 3.

#### **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

De acordo com o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, que ocorrerá futuramente, a despesa de imposto de renda deverá ser reconhecida nesse mesmo período, ou seja, o imposto incidente sobre elas que será pago em períodos futuros. Da mesma maneira, se as despesas reconhecidas atualmente não puderem ser consideradas dedutíveis fiscalmente, mas sim no futuro, o Grupo reconhece os tributos diferidos, desde que, também, o Grupo reúna todas as condições para reconhecimento de tributos diferidos ativos.

## **Valor justo de instrumentos financeiros derivativos**

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos que não são negociados em mercados ativos, ou não, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Esses instrumentos apresentam exposição de risco nível 2.

## **Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado**

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

## **Provisão para contingências**

O Grupo é parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

## **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 14** – Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico; e
- **Nota explicativa nº 8** - Instrumentos financeiros.

## **6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2026 (no caso do Grupo 1º de abril de 2027). O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

### **a) CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso do Grupo em 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações serão agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

### **b) Outras normas contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC48 e CPC40); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC48 e CPC40).

## **7 Gestão de risco financeiro**

### **7.1 Fatores de risco financeiro**

O Grupo realiza operações com instrumentos financeiros objetivando a proteção dos riscos de mercado decorrentes das variações do preço do açúcar internacional, do etanol, da taxa de câmbio e das taxas de juros.

A atividade de gestão de riscos é regida por uma diretoria da Administração, pelos responsáveis das principais áreas envolvidas com o processo, como finanças (inclui área de gestão de riscos), comercial e operações. A Administração define todas as características da atividade de gestão de riscos, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o acompanhamento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites, critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez e instrumentos financeiros aprovados para negociação.

O objetivo da gestão de riscos é a proteção do fluxo de caixa visando, através da redução da volatilidade com instrumentos derivativos, regular as principais exposições de riscos comerciais e financeiros oriundos da operação. Os instrumentos financeiros derivativos aprovados para gerenciar esses riscos incluem contratos de Opções, Termos,

Futuros, *Non Deliverable Forward* (NDFs) e *Swaps*. A utilização desses instrumentos está sujeita a análises sobre precificação, cotação competitiva, impacto contábil e outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e outras metodologias de gestão de risco. Os contratos derivativos são monitorados e avaliados diariamente e tem sua estratégia ajustada de acordo com as condições de mercado. Os derivativos podem ser utilizados para modificar o retorno das operações conforme julgamento sobre as condições mais adequadas, procurando igualar os direitos advindos das obrigações representadas pelas operações contratadas. A contratação de instrumentos financeiros derivativos visando às modificações do retorno de suas operações é realizada para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente. Não são realizadas posições alavancadas ou especulativas com derivativos.

As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. O Grupo não adota contabilidade de *hedge accounting*.

Para determinar o valor justo estimado dos derivativos, o Grupo utiliza cotações informadas pelas corretoras que opera e compara com operações semelhantes ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro bem como metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes que não sofrem alterações de critério sem razão relevante. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

#### **a. Risco de mercado**

##### **(i) Risco cambial**

O Grupo não está exposto à variação cambial relativa vendas no mercado interno atrelados à contratos futuros e em dólar norte-americano, custos de produção atrelados ao indicador ATR Consecana e custos com insumos agrícolas indexados ao dólar norte-americano, pois os mesmos são administradas conforme premissas estabelecidas pela Administração, por meio de estratégia de *hedge* com contratos de NDFs e Opções.

O Grupo não possui dívidas financeiras em exposição cambial, portanto busca garantir preços e condições somente na moeda real brasileira mitigando ao máximo seus riscos cambiais.

Em 31 de março de 2026, as transações de NDFs, *Swap* e Opções de dólar em aberto, para vencimentos em exercícios futuros, possuem o valor justo de R\$ 51.811 (R\$ 1.014 – 2025), tendo como contrapartida o resultado.

##### **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

O Grupo está exposto ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes resulte em um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, à variação de índices do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, TJLP. Para minimizar o impacto destas contas, o Grupo busca a aplicação dos recursos na mesma taxa indexadora, neste caso, aplicações de papéis em títulos pós fixados em CDI e (ou) TJLP.

As operações do Grupo são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por TJLP e CDI; sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados do Grupo.

#### **Apreciação das taxas**

##### *Apreciação das taxas – controladora*

Instrumentos	Exposição 31/03/2026	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1		
				Elevação do índice em 25%		
				% de elevação	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	319.587	CDI	10,65	8,98%	11,61	3.068
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	580.365	CDI	10,65	8,98%	11,61	(5.572)
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>						<b>(2.504)</b>

Instrumentos	Exposição 31/03/2026	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2		
				Redução do índice em 25%		
				% de redução	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	319.587	CDI	10,65	8,98%	9,69	(3.068)
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	580.365	CDI	10,65	8,98%	9,69	5.572
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>						<b>2.504</b>

##### *Apreciação das taxas – consolidado*

Instrumentos	Exposição 31/03/2026	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1		
				Elevação do índice		
				% de elevação	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	344.131	CDI	10,65	8,98%	11,61	3.304
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	801.637	CDI	10,65	8,98%	11,61	(7.696)
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>						<b>(4.392)</b>

Instrumentos	Exposição 31/03/2026	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2		
				Redução do índice		
				% de redução	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	344.131	CDI	10,65	8,98%	9,69	(3.304)
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	801.637	CDI	10,65	8,98%	9,69	7.696
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>						<b>4.392</b>

*(iii) Risco de Preços de Açúcar*

O Grupo está exposto à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto no mercado interno, com contratos sujeitos a esta variação. A variação do preço de açúcar, é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY). Conforme premissas adotadas, a Administração do Grupo está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas de até 100% da produção prevista para a safra corrente e seguinte.

A Administração acredita que os derivativos utilizados são altamente correlacionados com a variação de preço dos produtos, o que torna os derivativos de Sugar #11 eficazes na compensação das flutuações dos preços do açúcar, de forma a fornecer proteção a quedas de preços no valor de referência de suas receitas. O valor justo dos derivativos de Sugar #11 é estimado com base em informações públicas disponíveis no mercado financeiro.

Os derivativos de açúcar são considerados pela Administração como "Hedge de fluxo de caixa", mas devido o Grupo não adotar contabilidade de hedge a variação de valor justo das operações de derivativos é reconhecida no resultado financeiro, na rubrica de "Ganhos e perdas com derivativos".

Em 31 de março de 2026, as transações de futuros de açúcar, em aberto, para vencimentos em exercícios futuros, possuem o valor justo negativo de R\$ 34.986 (R\$ 497 - 2025), tendo como contrapartida o resultado.

*(iv) Risco de preço de etanol*

O Grupo está exposto à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessário, é feita por meio de contratos futuros de petróleo na bolsa de Nova York.

A Administração acredita que os derivativos de futuros de petróleo são eficazes para a proteção de suas receitas atreladas à flutuação do preço do etanol. São utilizadas fontes públicas no mercado financeiro para a mensuração do valor justo dos derivativos.

**b. Risco de crédito**

Risco de crédito com contrapartes são gerados por depósitos e ingressos em instrumentos financeiros derivativos com bancos e instituições financeiras. O Grupo gere seus riscos de crédito efetuando operações apenas com instituições de primeira linha e que possuem ratings fornecidos por agências internacionais como Fitch Rating, Standard & Poor's e Moody's Investor e devidamente aprovadas pela Administração.

Caso ocorram mudanças de perspectivas quanto ao risco de crédito das instituições financeiras, as operações a serem contratadas ou em andamento deverão ser objeto de aprovação pela Administração.

Operações realizadas na bolsa de mercadorias de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY) são consideradas como operações cujo risco de contraparte é aceito pelo Grupo.

**c. Risco de liquidez**

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área financeira. Os detalhes do plano da administração para administrar o risco de liquidez estão descritos na Nota 4.

**7.2 Gestão de capital**

O objetivo do Grupo ao administrar o capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital. Neste sentido, o Grupo tem como política acompanhar o índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de

empréstimos e títulos de crédito (incluindo saldos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira consolidados podem ser assim sumariados:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Total de empréstimos e financiamentos	624.332	648.779
Total de títulos de crédito	177.305	188.065
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(350.802)	(426.897)
(-) Aplicações financeiras	(6.733)	(28.921)
Dívida líquida	444.102	381.026
Total do patrimônio líquido	<u>518.841</u>	<u>454.500</u>
Capital total	962.943	835.526
Índice de alavancagem financeira - %	<u>46,1%</u>	<u>45,6%</u>

## 8 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Consolidado</u>					
	<u>Ativos ao custo amortizado</u>	<u>Valor justo por meio de resultado</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
<b>Em 31 de março de 2026</b>						
Ativos, conforme o balanço patrimonial:						
Caixa e equivalentes de caixa	6.671	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	350.864	-	-	350.864	-
Contas a receber de clientes	26.914	-	-	-	-	-
Operações com derivativos	-	51.811	-	-	51.811	-
Outros (i)	4.759	-	-	-	-	-
	<u>38.344</u>	<u>402.675</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>402.675</u>	<u>-</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial:						
Empréstimos e financiamentos	-	-	624.332	-	-	-
Títulos de crédito	-	-	177.305	-	-	-
Operações com derivativos	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos	-	-	591	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	-	-	63.101	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>865.329</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	<u>Consolidado</u>					
	<u>Ativos ao custo amortizado</u>	<u>Valor justo por meio de resultado</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
<b>Em 31 de março de 2025</b>						
Ativos, conforme o balanço patrimonial:						
Caixa e equivalentes de caixa	1.513	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	454.305	-	-	454.305	-
Contas a receber de clientes	48.956	-	-	-	-	-
Outros (i)	18.902	-	-	-	-	-
	<u>69.371</u>	<u>454.305</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>454.305</u>	<u>-</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial:						
Empréstimos e financiamentos	-	-	648.779	-	-	-
Títulos de crédito	-	-	188.065	-	-	-
Operações com derivativos	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos	-	-	792	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	-	-	88.812	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>926.448</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) São compostos do saldo do ativo circulante e não circulante registrado nas rubricas "Outros créditos e Mútuos a receber".

Os saldos das contas do ativo circulante e não circulante registrado nas rubricas "Estoques, Impostos a recuperar, Ativos biológicos, Adiantamentos a fornecedores, Tributos diferidos, Investimentos, Intangível, Imobilizado e Ativo de direito de uso" estão excluídos do quadro, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros. Ver nota explicativa 4.

(ii) São compostos dos saldos das contas do passivo circulante e não circulante registrado nas rubricas "Fornecedores, Outras obrigações e Dividendos e JCP a pagar".

O saldo das contas do passivo circulante e não circulante registrado nas rubricas "Obrigações tributárias, Obrigações trabalhistas, Impostos e contribuições parcelados, Adiantamentos de clientes, Provisão para contingências e Tributos diferidos", estão excluídos do quadro, uma vez que é exigida somente para instrumentos financeiros.

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Bancos conta movimento	6.520	1.344	6.671	1.513
Aplicações financeiras (i)	319.587	403.646	344.131	425.384
	<u>326.107</u>	<u>404.990</u>	<u>350.802</u>	<u>426.897</u>

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com mercado de liquidez de curtíssimo prazo, e estão sujeitas às conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor. Em 31 de março de 2026, os rendimentos estão vinculados à taxa média de 97% (2025 – 104%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 10 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Aplicação CRA - Virgo - Fundo de Reserva	1.178	1.022	1.178	1.022
Aplicação CRA - Virgo - Fundo de Despesas	-	1	-	1
Aplicações no exterior - Corretora Phillip Capital	-	798	-	798
Aplicações no exterior - Corretora Cargill	1.142	1.650	1.142	1.650
Aplicações no exterior - Corretora Hedge Point	394	10.112	394	10.112
Aplicações no exterior - Corretora Marex	947	9.234	947	9.234
Aplicações no exterior - Corretora Stonex	641	4.264	641	4.264
Aplicações no exterior - Corretora RJO'Brien	2.431	1.840	2.431	1.840
	<u>6.733</u>	<u>28.921</u>	<u>6.733</u>	<u>28.921</u>

Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, o Grupo mantinha aplicações em Letras Financeiras (LF) em bancos de primeira linha com vencimentos superiores a 90 dias, mas com liquidez imediata no mercado secundário. Os valores referentes a Aplicações no exterior, tratam-se de recursos disponíveis com corretoras para operações com derivativos no exterior.

## 11 Contas a receber

Basicamente representada por clientes compradores de etanol e açúcar e produtos agrícolas do Grupo. A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de março a dezembro de cada ano calendário) o que possibilita à Companhia e sua controlada Agrícola interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Duplicatas a receber	24.090	47.479	27.794	49.836
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(880)	(880)	(880)	(880)
	<u>23.210</u>	<u>46.599</u>	<u>26.914</u>	<u>48.956</u>

Abaixo o cronograma de vencimento dos títulos:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
A vencer	21.935	45.252	25.639	47.609
Vencidos				
de 1 a 30 dias	83	5	83	5
de 31 a 60 dias	-	8	-	8
de 61 a 90 dias	-	10	-	10
de 91 a 180 dias	-	1.198	-	1.198
de 181 a 360 dias	-	256	-	256
acima de 360 dias	2.072	750	2.072	750
	<u>24.090</u>	<u>47.479</u>	<u>27.794</u>	<u>49.836</u>

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes é assim apresentada, da controladora e consolidado:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Saldo inicial	(880)	(858)
Reversão	-	461
Provisão	-	(483)
<b>Saldo final</b>	<b><u>(880)</u></b>	<b><u>(880)</u></b>

O Grupo avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data de 31 de março de 2026 e 2025 e concluiu que os valores não são materiais para ajuste nas demonstrações contábeis, pois o giro de suas contas a receber é de curto prazo. Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras o Grupo procura trabalhar com pagamentos antecipados e seguros.

## 12 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Produtos acabados:				
Açúcar	37.029	12.330	37.029	12.330
Ajuste produtos vendidos não entregues	7.499	3.790	7.499	3.790
Insumos, materiais auxiliares e outros	13.723	10.032	46.092	44.295
	<u>58.251</u>	<u>26.152</u>	<u>90.620</u>	<u>60.415</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao valor de realização. Em 31 de março de 2026 e 2025, a Administração do Grupo não identificou a necessidade de constituir provisão para ajuste a valor líquido realizável ou perda por obsolescência de estoques.

## 13 Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
ICMS a recuperar	7.167	10.389	7.167	10.389
IPI a recuperar	423	216	423	216
PIS e COFINS a recuperar	1.541	1.267	1.541	1.267
Outros	11.423	9.604	12.637	13.942
	<u>20.554</u>	<u>21.476</u>	<u>21.768</u>	<u>25.814</u>

O saldo dos impostos a recuperar diminuiu em função de mudanças na política comercial na filial, referente à operações na cidade de Manaus.

A Companhia alterou a política de vendas de sua filial de Manaus, aumentando a utilização do saldo credor de ICMS, previsto para ser completamente utilizado até dezembro de 2026. Em função dessa mudança, o saldo credor foi reclassificado para o curto prazo.

## 14 Ativos biológicos - Consolidado

### a. Lavoura de cana-de-açúcar

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O Grupo possui 26,4 mil hectares de área plantada (24,8 mil hectares - 2025). O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

<u>Cana</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Área total estimada da colheita (ha)	26.391	24.785
Produtividade prevista (ton/ha)	85,8	75,2
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (Kg)	135,46	140,52
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,0953	1,2115
Taxa de desconto (%)	8,98%	9,49%

### b. Lavoura de soja

O cultivo da soja é iniciado pelo plantio de sementes em terras próprias. As terras em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Em 31 de março de 2026 o Grupo possui 196 hectares de área plantada de soja (847 hectares em 2025).

O valor justo das lavouras de soja da safra 2025/2026 foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da estimativa de produção de soja na safra 25/26, pelo preço de mercado futuro da soja, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da soja (tratos culturais); (ii) custos com colheita; (iii) custos de capital (aluguel/arrendamento das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.
- Nesse sentido, as principais premissas utilizadas para o referido cálculo estão apresentadas abaixo:

Soja	2025/2026	2024/2025
Hectares plantados (ha)	196	847
Preço médio estimado de venda (R\$ por saca)	110	112
Produtividade média estimada (sacas por ha)	56	56
Custo estimado da colheita (R\$/ha)	714	548

Com base na estimativa de receitas e custos, o Grupo determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	2026	2025
Saldo no início do exercício	183.041	196.222
Aumento decorrente de tratos cana	79.829	82.640
Aumento decorrente de tratos soja	13.005	17.194
Variação valor justo ativo biológico cana-de-açúcar	10.176	(41.205)
Variação valor justo ativo biológico soja	1.263	(1.156)
Redução decorrente de colheita	(89.534)	(70.654)
Saldo final do exercício	197.780	183.041
Cana-de-açúcar		
Custos históricos	105.369	97.019
Valor justo cana-de-açúcar	91.376	81.200
Soja		
Custos históricos	2.825	7.875
Valor justo soja	(1.790)	(3.053)
Saldo final de ativos biológicos	197.780	183.041

O Grupo está exposto a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

#### **Riscos regulatórios e ambientais**

O Grupo está sujeito às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, o Grupo estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

#### **Riscos de oferta e demanda**

O Grupo está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, o Grupo faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

#### **Riscos climáticos e outras**

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar e soja estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. O Grupo tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação de suas lavouras.

#### **Análise de sensibilidade**

O Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

- preço da tonelada de cana-de-açúcar:

Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 13.968.

- volume de produção de cana-de-açúcar:

Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 12.087.

As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas.

## 15 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Cana-de-açúcar (i)	90.079	-	-	-
Seara Indústria e Comércio Ltda.	5.675	4.188	5.675	4.188
Zanin Agropecuária Ltda.	25.571	19.038	25.571	19.038
Outros	2.386	5.490	2.958	8.808
<b>Total</b>	<b>123.711</b>	<b>28.716</b>	<b>34.204</b>	<b>32.034</b>

(i) Adiantamento referente à safra de cana-de-açúcar 2026/2027, realizado pela controladora Sonora Estância S.A.

## 16 Outros créditos

São compostos principalmente por saldos à receber pela venda de lotes, despesas antecipadas, depósitos judiciais e outros créditos com terceiros.

## 17 Investimentos - Controladora

	Rio Corrente Agrícola S.A.		Nearco Imóveis Ltda.		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
<b>Informações sobre a investida</b>						
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	257.853	289.216	4.297	1.876	262.150	291.092
Ativo não circulante	520	751	-	-	520	751
Passivo circulante	164.883	113.367	100	1	164.983	113.368
Passivo não circulante	382.138	411.950	-	2	382.138	411.952
Capital social integralizado	84.562	84.562	1.865	1.865	86.427	86.427
Patrimônio líquido	306.536	319.184	4.197	1.873	310.733	321.057
Receita líquida de vendas	266.958	302.864	2.699	104	269.657	302.968
Resultado de exercício	(12.648)	4.432	2.324	(41)	(10.324)	4.391
<b>Movimentação do investimento</b>						
Saldo no início do exercício	319.185	337.252	1.873	664	321.058	337.916
Resultado de equivalência patrimonial	(12.648)	4.433	2.324	(41)	(10.324)	4.392
Integralização de Capital Social	-	-	-	1.250	-	1.250
Juros sobre o capital próprio creditados	-	(22.500)	-	-	-	(22.500)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>306.537</b>	<b>319.185</b>	<b>4.197</b>	<b>1.873</b>	<b>310.734</b>	<b>321.058</b>

## 18 Imobilizado

### a. Controladora

Custo	Saldo em				Saldo em				Saldo em
	31/03/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2025	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	625	-	-	-	625	-	-	-	625
Edificações e dependências	142.564	-	-	18.196	160.760	-	-	3.731	164.491
Instalações e equipamentos	46.067	1.224	(97)	-	47.194	4.158	(9)	176	51.519
Máquinas, implementos e acessórios	115.130	2.094	(306)	-	116.918	4.525	(60)	1.694	123.077
Veículos	3.275	-	-	-	3.275	-	(339)	-	2.936
Móveis e utensílios	1.656	710	(9)	-	2.357	187	(57)	-	2.487
Aeronaves	6.387	-	-	-	6.387	-	-	-	6.387
Computadores e periféricos	5.444	330	(68)	-	5.706	266	(52)	-	5.920
Outros	5.317	1.362	-	-	6.679	895	(49)	401	7.926
Imobilizações em andamento	9.673	13.064	-	(18.196)	4.541	13.786	(1.121)	(6.002)	11.204
	<b>336.138</b>	<b>18.784</b>	<b>(480)</b>	<b>-</b>	<b>354.442</b>	<b>23.817</b>	<b>(1.687)</b>	<b>-</b>	<b>376.572</b>
<b>Depreciação</b>									
	<b>Saldo em</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em</b>
	<b>31/03/2024</b>				<b>31/03/2025</b>				<b>31/03/2026</b>
Edificações e dependências	(30.054)	(5.533)	-	-	(35.587)	(6.056)	-	-	(41.643)
Instalações e equipamentos	(38.578)	(1.149)	97	-	(39.630)	(1.351)	-	-	(40.981)
Máquinas, implementos e acessórios	(70.876)	(6.610)	212	-	(77.274)	(6.833)	55	-	(84.052)
Veículos	(2.156)	(320)	-	-	(2.476)	(297)	317	-	(2.456)
Móveis e utensílios	(1.204)	(126)	6	-	(1.324)	(150)	33	-	(1.441)
Aeronaves	(6.290)	-	-	-	(6.290)	-	-	-	(6.290)
Computadores e periféricos	(4.137)	(393)	66	-	(4.464)	(391)	48	-	(4.807)
Outros	(3.081)	(473)	-	-	(3.554)	(560)	47	-	(4.067)
	<b>(156.376)</b>	<b>(14.604)</b>	<b>381</b>	<b>-</b>	<b>(170.599)</b>	<b>(15.638)</b>	<b>500</b>	<b>-</b>	<b>(185.737)</b>
Imobilizado líquido	179.762	4.180	(99)	-	183.843	8.179	(1.187)	-	190.835

## b. Consolidado

Custo	Saldo em				Saldo em				Saldo em
	31/03/2024	Adições	Baixas	Baixas cisão	31/03/2025	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	207.652	-	-	-	207.652	800	-	-	208.452
Edificações e dependências	167.528	591	-	18.196	186.315	8.953	-	3.731	198.999
Instalações e equipamentos	49.488	1.389	(103)	-	50.774	4.259	(22)	176	55.187
Máquinas, implementos e acessórios	224.472	20.549	(7.619)	-	237.402	15.311	(1.647)	1.694	252.760
Veículos	64.901	21.394	(6.020)	-	80.275	2.317	(3.326)	-	79.266
Móveis e utensílios	2.890	881	(47)	-	3.724	330	(69)	-	3.985
Aeronaves	8.249	-	-	-	8.249	47	-	-	8.296
Computadores e periféricos	7.653	618	(88)	-	8.183	492	(76)	-	8.599
Lavouras de cana-de-açúcar	311.721	77.612	(67.527)	-	321.806	91.390	(3.236)	-	409.960
Outros	6.648	1.503	(28)	-	8.123	1.219	(53)	401	9.690
Imobilizações em andamento	10.336	21.244	(1.333)	(18.196)	12.051	40.714	(13.105)	(6.002)	33.658
	1.061.538	145.781	(82.765)	-	1.124.554	165.832	(21.534)	-	1.268.852

Depreciação	Saldo em				Saldo em				Saldo em
	31/03/2024	Adições	Baixas	Baixas cisão	31/03/2025	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e dependências	(37.639)	(6.369)	-	-	(44.008)	(6.930)	-	-	(50.938)
Instalações e equipamentos	(40.338)	(1.439)	101	-	(41.676)	(1.651)	4	-	(43.323)
Máquinas, implementos e acessórios	(118.132)	(21.460)	5.107	-	(134.485)	(22.487)	1.223	-	(155.748)
Veículos	(48.471)	(9.416)	5.655	-	(52.232)	(10.674)	3.156	-	(59.750)
Móveis e utensílios	(1.947)	(213)	39	-	(2.121)	(246)	38	-	(2.329)
Aeronaves	(7.795)	(46)	-	-	(7.841)	(48)	-	-	(7.889)
Computadores e periféricos	(5.414)	(738)	85	-	(6.067)	(704)	69	-	(6.702)
Lavouras de cana-de-açúcar	(107.744)	(56.268)	67.517	-	(96.495)	(58.030)	-	-	(154.525)
Outros	(3.741)	(587)	20	-	(4.308)	(700)	50	-	(4.958)
	(371.221)	(96.536)	78.524	-	(389.233)	(101.470)	4.540	-	(486.162)
Imobilizado líquido	690.317	49.245	(4.241)	-	735.321	64.362	(16.994)	-	782.690

O Grupo efetuou a revisão da vida útil, do imobilizado conforme determina o CPC 27 – Ativo Imobilizado, para o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, e concluiu que as vidas úteis adotadas não sofreram alteração no exercício. Itens do ativo imobilizado estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco anos após o seu primeiro corte.

O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, à investimentos e adequações da empresa.

### Valor recuperável do ativo imobilizado

Para o período findo em 31 de março de 2026 e 2025, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

## 19 Empréstimos e financiamentos

### a. Controladora

Modalidade	Taxa média ponderada	Adicional	Vencimento final		
				2026	2025
Capital de Giro	3,21% a.a	Cdi/Ptax	mar/26	-	4.847
Crédito Industrial	5,14% a.a	IPCA / TJLP / SELIC	jan/31	35.541	44.154
Finame	9,50% a.a	Pré	abr/25	-	510
Cédula de crédito	1,93% a.a	CDI	jan/29	258.947	237.383
FCO	2,0%	CDI	dez/33	13.233	12.242
CCB	2,3% a.a.	CDI	nov/31	95.339	94.916
Total				403.060	394.052
Passivo circulante				75.816	82.079
Passivo não circulante				327.244	311.973
				403.060	394.052

## b. Consolidado

Modalidade	Taxa média	Adicional	Vencimento	2026	2025
	ponderada		final		
Capital de Giro	3,6%	Cdi/Ptax	ago/26	-	4.847
Crédito Industrial	5,14%	IPCA / TJLP / SELIC	jan/31	35.541	44.154
Finame	8,3%	IPCA	dez/34	50.120	58.241
CDC	3,9%	CDI	mai/27	607	1.128
Cédula rural (a)	10,2%	Taxa Pré	out/31	167.822	191.989
CCB	4,0%	CDI	jun/27	98.061	98.795
Cédula de crédito	1,93%	CDI	jan/29	258.948	237.383
FCO	6,1%	-	dez/33	13.233	12.242
Total				<u>624.332</u>	<u>648.779</u>
Passivo circulante				104.842	123.179
Passivo não circulante				<u>519.490</u>	<u>525.600</u>
				<u>624.332</u>	<u>648.779</u>

(a) A Cédula rural é uma linha de financiamento específica para produtores rurais. Os contratos firmados possuem como finalidade o financiamento da atividade de venda de soja com fim específico de exportação, bem como o investimento na produção de cana-de-açúcar.

A movimentação do saldo está apresentada abaixo:

#### a. Controladora

##### Empréstimos e financiamentos

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>63.231</b>	<b>275.828</b>	<b>339.059</b>
Captações	-	102.191	102.191
Variações monetárias e juros	-	46.422	46.422
Transferências	112.468	(112.468)	-
Pagamento de juros	(38.366)	-	(38.366)
Amortização de principal	(55.254)	-	(55.254)
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>82.079</b>	<b>311.973</b>	<b>394.052</b>
Captações	-	105.000	105.000
Variações monetárias e juros	-	53.727	53.727
Transferências	143.456	(143.456)	-
Pagamento de juros	(57.398)	-	(57.398)
Amortização de principal	(92.321)	-	(92.321)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>75.816</b>	<b>327.244</b>	<b>403.060</b>

#### b. Consolidado

##### Empréstimos e financiamentos

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>117.615</b>	<b>397.713</b>	<b>515.328</b>
Captações	3.474	246.079	249.553
Variações monetárias e juros	5.018	64.501	69.519
Transferências	182.693	(182.693)	-
Pagamento de juros	(56.837)	-	(56.837)
Amortização de principal	(128.784)	-	(128.784)
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>123.179</b>	<b>525.600</b>	<b>648.779</b>
Captações	526	122.122	122.648
Variações monetárias e juros	32.794	53.727	86.521
Transferências	181.959	(181.959)	-
Pagamento de juros	(88.958)	-	(88.958)
Amortização de principal	(144.658)	-	(144.658)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>104.842</b>	<b>519.490</b>	<b>624.332</b>

Observar notas explicativas 4 e 7, sobre as exposições de riscos dos instrumentos.

### Garantias

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária, aval de sócios e hipoteca.

Modalidade	Garantia	Valor
Crédito Industrial	Aval PF, hipoteca de imóveis	35.541
Cédula de crédito	Aval PF, hipoteca de imóveis, alienação fiduciária	258.947
FCO	Aval PF, hipoteca de imóveis	13.233
CCB	Aval PF, hipoteca de imóveis	95.339
CRA	Aval PF, hipoteca de imóveis	36.921
Debêntures	Aval PF, hipoteca de imóveis	140.384
Total		<u>580.365</u>

### Covenants

O Grupo precisa atingir as seguintes cláusulas restritivas de contrato de financiamento junto as instituições financeiras durante toda vigência do contrato ("covenants") conforme estabelecido em alguns dos contratos de empréstimos para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025: Dívida Líquida/EBITDA, EBITDA/DFL e Liquidez Corrente; tendo atendido tais índices em data anterior à data base das demonstrações financeiras.

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
2027	84.172	-	142.327	37.082
2028	80.647	111.342	118.503	167.973
2029	64.362	76.686	101.189	114.993
2030	56.027	49.675	74.401	82.688
2031 em diante	42.036	74.270	83.070	122.864
	<u>327.244</u>	<u>311.973</u>	<u>519.490</u>	<u>525.600</u>

## 20 Fornecedores

### a. Controladora

	2026	2025
Adecoagro Vale Do Ivinhema S/A	718	500
Sulphurtec Agronegocio Ltda	713	-
Tecnoval Equipamentos Industriais	524	-
Seal Valve Vlvulas E Equipamentos Industriais Eireli	362	-
Stl Transportes E Logistica Ltda	336	-
Addn Assistencia Tecnica Comercio E Industria Ltda	333	-
Gmax Transportes Rodoviaros Ltda - Me	312	287
Deb Transportes E Operacoes Portuarias Ltda	276	-
Alcolina Quimica E Derivados Ltda	257	325
Rio Corrente Agrícola S/A	-	40.030
Provisão fornecedores - merc.interno	3.526	1.682
Outras	5.763	8.532
	<u>13.120</u>	<u>51.356</u>

### Consolidado

	2026	2025
Syngenta Protecao De Cultivos Ltda	4.212	2.780
Fertipar Fertilizantes Do Parana Ltda	3.508	2.236
Inpek Fertilizantes S/A	3.127	-
Intercolog Ltda	2.448	-
Araguaia S.A	1.387	-
Florindo Agro - Sansao & Florindo Ltda	1.347	770
Camda Cooperativa Agricola Mista De Adamantina	1.108	-
J H Vieira Coelho Onuma & Cia Ltda	941	777
Raizen S.A.	797	-
Iguaçu Máquinas Agrícolas Ltda	-	8.772
J C Florindo e Cia Ltda	-	3.379
FMC Química do Brasil Ltda	-	1.882
Zaraplast S.A	-	697
Provisão fornecedores - merc.interno	3.526	1.682
Outras	17.643	23.585
	<u>40.044</u>	<u>46.560</u>

O saldo relativo à "Provisão para fornecedores" se refere às notas fiscais emitidas por fornecedores até 31 de março, com entrada em abril.

## 21 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
ICMS a recolher	475	400	475	400
ICMS - Substituto a recolher	657	337	1.027	505
Impostos retidos na fonte a recolher	198	143	269	163
Funrural a recolher	-	-	-	102
Outros	-	-	20	1
	<u>1.330</u>	<u>880</u>	<u>1.791</u>	<u>1.171</u>

## 22 Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Parcelamento Leis 11.941/09 e 12.996/14 - REFIS IV	8.439	9.593	9.637	11.023
Parcelamento Simplificado RFB - IRPJ/CSLL	-	3.138	-	3.138
Parcelamento ICMS - SEFAZ/MS	3.835	2.581	3.835	2.581
Parcelamento - INSS	-	-	2.383	2.804
	<u>12.274</u>	<u>15.312</u>	<u>15.855</u>	<u>19.546</u>
Circulante	6.719	5.694	7.701	6.601
Não circulante	5.555	9.618	8.154	12.945
	<u>12.274</u>	<u>15.312</u>	<u>15.855</u>	<u>19.546</u>

A Companhia e sua controlada agrícola aderiram ao REFIS IV de débitos federais, aprovado pelas Leis nº 11.941/09 e nº 12.996/14, com benefícios de redução nos juros, nas multas e nos encargos legais. A maior parte dos processos inclusos no parcelamento era discutida judicialmente, e, no cumprimento da legislação, a Companhia e sua controlada agrícola desistiram de todas as ações judiciais. Em março de 2022 a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado o âmbito da Receita Federal, para pagamento de débitos de IRPJ e CSL. Não há garantias vinculadas aos parcelamentos em virtude da não exigência, e, em caso de ausência de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição na Dívida Ativa da União. O Grupo vem cumprindo as condições de parcelamentos e liquidando as parcelas pontualmente.

## 23 Títulos de créditos

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Debêntures - Oliveira Trust - 3ª emissão - 15/11/2021	65.426	79.149
CRA - Virgo	36.921	36.944
Debêntures - Banco Itaú - 4ª emissão 07/06/2024	74.958	71.972
	<u>177.305</u>	<u>188.065</u>
Circulante	19.254	21.976
Não circulante	158.051	166.089
	<u>177.305</u>	<u>188.065</u>

Até o encerramento do exercício findo em 31 de março de 2026 a Companhia havia emitido um total de R\$ 186.626 em Mercado de Capitais remunerados com base em juros médio de 2,79% a.a. acrescidos de 100% CDI. O montante apresentado está líquido dos pagamentos já efetuados, e de gastos com comissões para emissão dos papéis, os quais estão sendo apropriados no resultado mensalmente até o vencimento da operação, conforme prevê CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. E tem como garantia a Fazenda Sonora Estância.

As operações de mercado de capitais vigentes foram adquiridas em sua totalidade pelos coordenadores das emissões e até a data da emissão deste relatório não haviam sido negociadas em mercado secundário não havendo, portanto, cotação a valor de mercado para esses papéis.

O cronograma de emissão dos títulos de créditos nominativos CDCA, ocorreu da seguinte forma:

Data da emissão	Vencimento	Valor emitido
15 de novembro de 2021	15/11/2029	80.000
21 de setembro de 2022	20/09/2028	37.090
07 de junho de 2024	15/06/2032	69.536
		<u>186.626</u>

Cronograma de vencimento	2026	2025
2026	19.254	21.976
2027	34.790	14.254
2028	49.319	32.797
2029	31.082	47.281
2030 em diante	42.860	71.757
	<u>177.305</u>	<u>188.065</u>

Abaixo está apresentada a movimentação dos saldos:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/03/2024</b>	<b>38.889</b>	<b>113.833</b>	<b>152.722</b>
Captações	-	69.536	69.536
Variações monetárias e juros	3.988	16.021	20.009
Transferências	33.301	(33.301)	-
Pagamento de juros	(16.205)	-	(16.205)
Amortização de principal	(37.997)	-	(37.997)
<b>Saldo em 31/03/2025</b>	<b>21.976</b>	<b>166.089</b>	<b>188.065</b>
Variações monetárias e juros	27.430	-	27.430
Transferências	8.038	(8.038)	-
Pagamento de juros	(16.792)	-	(16.792)
Amortização de principal	(21.398)	-	(21.398)
<b>Saldo em 31/03/2026</b>	<b>19.254</b>	<b>158.051</b>	<b>177.305</b>

## 24 Operações com derivativos

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>2026</u>		<u>2025</u>		<u>2026</u>		<u>2025</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Futuro de <i>commodity</i>								
Suggar#11	34.986	-	497	-	34.986	-	497	-
NDF Dólar	11.467	-	(7.189)	-	11.467	-	(7.189)	-
Swap	5.358	-	7.706	-	5.358	-	7.706	-
	<u>51.811</u>	<u>-</u>	<u>1.014</u>	<u>-</u>	<u>51.811</u>	<u>-</u>	<u>1.014</u>	<u>-</u>

Os valores acima referem-se a operações de fixação de açúcar, álcool e soja (controlada agrícola) em Reais (R\$) não constituindo caráter especulativo, mas sim estratégia de mitigar os riscos das flutuações de preços da *commodity*. As operações são feitas via NDF (non-deliverable forward) e não estão sujeitas a ajustes de margem antes do vencimento.

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, caso contrário é classificado no ativo ou passivo circulante.

## 25 Arrendamentos

A seguir estão apresentados os saldos de passivos de arrendamento reconhecidos de acordo com o CPC 06 (R2), mensurados ao valor presente destas obrigações:

### a. Controladora

A controladora não possui contratos de arrendamento mercantil vigentes em 31 de março de 2026 e 2025.

### b. Consolidado

<u>Contrato</u>	<u>Taxa de desconto</u>	<u>Data de vcto inicial do contrato</u>	<u>Data de vcto final do contrato</u>	<u>Valor nominal total do contrato</u>	<u>presente do contrato em 31/03/2026</u>	<u>Valor presente do contrato em 31/03/2025</u>
Máquinas e equipamentos	6,5%	01/07/2023	01/06/2028	1.350	591	792
				<u>1.350</u>	<u>591</u>	<u>792</u>

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de março de 2026, foi a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
<b>Direito de uso no início do exercício</b>	-	-	<b>751</b>	<b>1.012</b>
Adição/remensuração	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(231)	(261)
<b>Direito de uso no final do exercício</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>520</u>	<u>751</u>
<b>Composição</b>				
Valor de custo	-	-	1.237	1.237
Depreciação acumulada	-	-	(717)	(486)
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>520</u>	<u>751</u>

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o período findo em 31 de março de 2026, foi a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
<b>Arrendamento mercantil no início do exercício</b>	-	-	<b>792</b>	<b>1.035</b>
Remensuração/adição	-	-	26	1
Pagamento	-	-	(271)	(302)
Juros provisionados	-	-	44	58
<b>Arrendamento mercantil no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>591</b>	<b>792</b>
Circulante	-	-	69	270
Não circulante	-	-	522	522
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>591</b>	<b>792</b>

## 26 Partes relacionadas

### 26.1 Saldos das operações com partes relacionadas:

#### a. Controladora

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Operações com coligadas						
Rio Corrente Agrícola S.A (i)	90.079	-	-	-	275.122	318.908
Juros sobre capital próprio a receber						
Rio Corrente Agrícola S.A.	-	19.125	-	-	-	-
Mútuos e dividendos a receber/pagar						
Emanuela Giobbi	-	-	7.780	11.775	-	-
Luca Giobbi	-	66	7.780	11.775	-	-
Maria Esther Giobbi	-	-	4.480	7.130	-	-
Acqua Energética S.A	413	414	-	-	-	-
Nearco Imóveis Ltda	-	3	-	-	-	-
Sonora Energia Ltda	-	13.591	-	-	-	-
Subtotal mútuos a receber/pagar	<u>413</u>	<u>14.074</u>	<u>20.040</u>	<u>30.680</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>90.492</u>	<u>33.199</u>	<u>20.040</u>	<u>30.680</u>	<u>275.122</u>	<u>318.908</u>

(i) Os saldos de fornecedores referem-se à compra de cana-de-açúcar, conforme Nota explicativa 20.

A Companhia efetua a compra da totalidade de cana-de-açúcar produzida por sua controlada agrícola e entende que os preços de vendas praticados são adequados e compatíveis com a qualidade da cana-de-açúcar e com os custos dos principais insumos utilizados na sua cultura, conforme negociado entre as partes.

#### b. Consolidado

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Mútuos a receber/pagar				
Acqua Energética S.A	413	414	-	-
Sonora Energia Ltda	-	13.591	-	-
Francisco Giobbi	-	-	-	-
Maria Esther Giobbi	-	-	4.480	7.130
Emanuela Giobbi	-	-	7.780	11.775
Luca Giobbi	-	66	7.780	11.775
Total	<u>413</u>	<u>14.071</u>	<u>20.040</u>	<u>30.680</u>

Não há cobrança de juros ou vencimento dos mútuos entre partes relacionadas.

### 26.2 Remuneração dos administradores:

A remuneração e os honorários totais dos administradores da Grupo foram de R\$ 1.678 no exercício findo em 31 de março de 2026 (R\$ 1.514 - 2025). Eles não gozam de outras vantagens, a não ser os que são acionistas, que recebem dividendos ou remuneração de juros sobre capital próprio, caso existam lucros, na proporção de suas participações societárias. A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

## 27 Contingências

O Grupo é parte em processos judiciais envolvendo contingências trabalhistas, tributárias e cíveis. Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos foi constituída provisão em valor considerado pela Administração do Grupo como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos do Grupo.

#### a. Controladora

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>	-	-	<b>498</b>	<b>498</b>
(+) Adições	48	-	-	48
(-) Reversões	-	-	(136)	(136)
<b>Saldos em 31 de março de 2025</b>	<b>48</b>	-	<b>362</b>	<b>410</b>
(+) Adições	(9)	-	-	(9)
(-) Reversões	-	-	(362)	(362)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>39</b>	-	-	<b>39</b>

## b. Consolidado

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>	<b>261</b>	<b>1.446</b>	<b>498</b>	<b>2.205</b>
(+) Adições	1.237	1.304	-	2.541
(-) Reversões	-	-	(136)	(136)
<b>Saldos em 31 de março de 2025</b>	<b>1.498</b>	<b>2.750</b>	<b>362</b>	<b>4.610</b>
(+) Adições	(1.109)	103	-	(1.006)
(-) Reversões	-	-	(362)	(362)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>389</b>	<b>2.853</b>	-	<b>3.242</b>

### Contingências passivas não provisionadas

Em 31 de março de 2026, o montante de processos trabalhistas, cíveis e tributários cuja probabilidade de perdas eram consideradas possíveis, pelos consultores jurídicos, e não provisionados pelo Grupo de acordo com as políticas contábeis, é de R\$ 24.253 (2025 - R\$ 16.744) e no consolidado R\$ 31.659 (2025 - R\$ 31.663).

### Aspectos ambientais

As instalações do Grupo e suas atividades industriais e agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. O Grupo diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, e acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. Os processos tributários estão vinculados a depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, no consolidado, R\$ 1.723. Na controladora R\$ 291.

## 28 Imposto de renda e contribuição social

### a. Composição do diferido

#### Controladora

	<u>2024</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>2025</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>2026</u>
Prejuízos fiscais / Base de cálculo negativa	54.077	4.460	58.537	6.479	65.016
PCLD	446	8	454	-	454
Contingências	169	(30)	139	(126)	13
Derivativos	4.263	(4.263)	-	-	-
IRPJ e CSLL ativo	58.955	175	59.130	6.353	65.483
Vendas de lotes	(205)	(14)	(219)	23	(196)
Diferença depreciação	(4.701)	(10)	(4.711)	(1)	(4.712)
Derivativos	-	(345)	(345)	(17.271)	(17.616)
IRPJ e CSLL passivo	(4.906)	(369)	(5.275)	(17.249)	(22.524)
Saldo de IRPJ e CSLL	54.049	(194)	53.855	(10.896)	42.959

#### Consolidado

	<u>2024</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>2025</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>2026</u>
Prejuízos fiscais / Base de cálculo negativa	66.452	9.817	76.269	25.789	102.058
PCLD	446	8	454	-	454
Contingências	749	818	1.567	(465)	1.102
Derivativos	4.263	(4.263)	-	-	-
IRPJ e CSLL ativo	71.910	6.380	78.290	25.324	103.614
Vendas de lotes	(205)	(14)	(219)	23	(196)
Diferença depreciação	(4.700)	(10)	(4.710)	(1)	(4.711)
Derivativos	(18)	(327)	(345)	(17.271)	(17.616)
Valor justo do ativo biológico	(40.972)	14.402	(26.570)	(3.889)	(30.459)
Depreciação acelerada	(102.970)	(11.585)	(114.555)	(8.376)	(122.931)
Ajuste de avaliação patrimonial	(68.310)	-	(68.310)	-	(68.310)
IRPJ e CSLL passivo	(217.175)	2.466	(214.709)	(29.514)	(244.223)
Saldo de IRPJ e CSLL	(145.265)	8.846	(136.419)	(4.190)	(140.609)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a

mesma autoridade fiscal.

Em 2026 a Companhia compensou prejuízo fiscal no valor de R\$ 2.988 e base negativa de R\$ 5.436, acumulando os saldos de R\$ 198.422 e R\$ 171.226, respectivamente, e a sua controlada agrícola apresentou prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 56.794, ficando com o saldo acumulado de R\$ 108.945, sob o qual foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos. A controlada imobiliária apurou 56 de IRPJ e 23 de CSLL sobre o Lucro Presumido. Os valores são controlados na parte B do Lalur e não há prazo legal para prescrição.

**b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário**

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	95.277	53.901	88.627	44.867
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Débito tributário	(32.394)	(18.326)	(30.133)	(15.255)
Ajustes dos impostos referentes a:				
Juros sobre o capital próprio	-	3.638	-	11.288
Outras exclusões permanentes	1.451	1.324	1.665	1.427
Doações, multas e demais despesas indebitáveis	(1.466)	(1.429)	(1.573)	(1.539)
Créditos de diferenças temporárias	8.327	5.907	9.099	(1.931)
Exclusões subvenções para investimento	15.798	13.945	15.798	13.945
Exclusões Lei do Bem	898	904	898	904
Resultado de equivalência patrimonial	(3.510)	(6.157)	-	-
Créditos de imposto de renda e contribuição social	(10.896)	(194)	(4.246)	8.839

Os créditos de diferenças temporárias, sobretudo na Controlada Agrícola, se referem a provisões relacionadas a ajustes decorrentes de: (i) ajustes decorrentes de derivativos; (ii) ajustes decorrentes da variação do ativo biológico; e (iii) ajustes decorrentes de cálculos da depreciação acelerada incentivada.

**29 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

Em 31 de março de 2026 o capital social da Companhia é de R\$ 134.882 (R\$ 134.882 em 2025) representado por 7.811.092 ações ordinárias, nominativas e sem valor. Nos termos do art. 199 da Lei nº.6404/76, a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital, o que será tema de deliberação na próxima Assembleia Geral.

**b. Ajuste de avaliação patrimonial**

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial, refere-se ao reflexo que a consolidação das demonstrações contábeis e a determinação do valor do investimento na controlada Rio Corrente Agrícola S.A. pela equivalência patrimonial, referente às contrapartidas da avaliação do custo atribuído líquido dos ativos imobilizados desta controlada, líquido dos efeitos tributários, quando da adoção dos CPC's pelo Grupo em 2010.

**c. Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social.

**d. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio**

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio líquidos com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício 2025, no montante de R\$ 33.200 (não houve em 2026), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

**e. Reserva de incentivos fiscais**

Refere-se as parcelas da subvenção transferidas para a rubrica reserva de incentivos fiscais até a vigência do Art. 30 da Lei 12.973/2014, e só poderá ser utilizada para capitalização ou absorção de prejuízos (Nota 34). No exercício findo em 31 de março de 2024 o saldo de R\$ 48.511 foi destinado para a reserva de incentivos fiscais.

**f. Reserva para futuros investimentos**

A reserva esta sendo constituída com o objetivo de ampliar a área de plantio de cana-de-açúcar e assim estabilizar nossa capacidade de moagem em torno de 2 milhões de toneladas. Estão previstos os custos envolvendo a parceria agrícola, plantio e tratamentos culturais, equipamentos e irrigação. O projeto de expansão teve início no primeiro semestre de 2024 e tem um valor estimado de R\$ 152,7 milhões ao longo de sua execução.

**g. Resultado por ação**

	2026	2025
Numerador básico e diluído - Lucro atribuível aos acionistas		
Lucro líquido por ação básico e diluído - em Reais		
Ordinárias	84.381	53.707
	84.381	53.707
Denominador básico e diluído - quantidade de ações (nº de ações)		
Ordinárias	7.811.092	7.811.092
	7.811.092	7.811.092
Lucro líquido por ação básico e diluído - em Reais	10,80	6,88

O lucro por ação básico e diluído é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela quantidade de ações.

### 30 Receita líquida

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2026</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2025</b>
Venda de etanol hidratado	251.718	256.309	251.718	256.309
Venda de açúcar cristal	256.323	395.425	256.323	395.425
Venda de energia elétrica	21.239	20.211	21.239	20.211
Produtos agrícolas	-	-	7.630	7.474
Outros	3.743	3.917	6.517	4.029
(-) Ajustes de vendas não entregues	(4.019)	(4.168)	(4.019)	(4.168)
	<u>529.004</u>	<u>671.694</u>	<u>539.408</u>	<u>679.280</u>
Deduções da receita				
(-) Impostos sobre as vendas	(42.076)	(57.394)	(57.897)	(80.890)
(-) Devoluções e cancelamentos de venda	(10.953)	(7.458)	(11.000)	(7.488)
(-) Comissões sobre vendas	(805)	(857)	(805)	(857)
Receita líquida de vendas	<u>475.170</u>	<u>605.985</u>	<u>469.706</u>	<u>590.045</u>

### 31 Gastos por natureza

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2026</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2025</b>
Insumos, mão de obra e gastos gerais de fabricação	(256.134)	(305.529)	(52.042)	(62.078)
Despesas com fretes e empacotamentos	(51.943)	(57.298)	(51.943)	(57.298)
Serviços de terceiros	(61.189)	(57.912)	(102.213)	(90.176)
Manutenção de entressafra	(34.638)	(34.820)	(33.641)	(37.313)
Depreciação e amortização	(15.643)	(14.609)	(101.706)	(96.803)
Despesas com pessoal administrativo	(11.863)	(10.951)	(14.449)	(16.113)
Manutenção e conservação	(3.515)	(2.649)	(27.308)	(24.148)
Amortização de tratos culturais da cana-de-açúcar	-	-	(6.364)	(3.616)
Reversão de (provisão para) contingências	371	88	1.368	(2.407)
Outras receitas (despesas), líquidas	(28.769)	(26.635)	(69.319)	(43.396)
	<u>(463.323)</u>	<u>(510.315)</u>	<u>(457.617)</u>	<u>(433.348)</u>
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(332.966)	(378.050)	(272.551)	(250.341)
Despesas gerais e administrativas	(76.603)	(81.522)	(128.149)	(129.295)
Despesas com vendas	(51.943)	(57.297)	(51.943)	(57.297)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.811)	6.554	(4.974)	3.585
	<u>(463.323)</u>	<u>(510.315)</u>	<u>(457.617)</u>	<u>(433.348)</u>

### Resultado financeiro

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2026</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2025</b>
Receitas financeiras				
Rendimentos com operações e Swap	76.938	11.960	76.938	12.414
Rendimentos de aplicações financeiras	53.612	37.439	57.409	38.751
Descontos financeiros obtidos	921	46	1.436	123
Marcação a mercado das operações de <i>hedge</i>	50.797	13.551	50.797	13.551
Varição cambial ativa	1.543	8.592	1.604	8.593
Juros Selic sobre tributos	558	1.601	558	1.601
Outras receitas financeiras	7.569	597	7.938	664
	<u>191.938</u>	<u>73.786</u>	<u>196.680</u>	<u>75.697</u>
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos	(75.483)	(68.070)	(108.277)	(91.169)
Varição cambial passiva	(3.933)	(3.547)	(3.933)	(4.276)
Juros parcelamentos de tributos	(1.283)	(2.054)	(1.674)	(2.340)
Operações derivativas a realizar	-	-	-	(54)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06	-	-	(44)	(58)
Resultado realizado das operações de <i>hedge</i>	(12.175)	(40.347)	(12.175)	(40.347)
Demais despesas financeiras	(5.310)	(5.929)	(5.477)	(6.922)
	<u>(98.184)</u>	<u>(119.947)</u>	<u>(131.580)</u>	<u>(145.166)</u>
Resultado financeiro	<u>93.754</u>	<u>(46.161)</u>	<u>65.100</u>	<u>(69.469)</u>

### 32 Reconciliação da dívida líquida

As mutações dos empréstimos e financiamentos e títulos de crédito estão assim apresentadas:

#### a. Controladora

	Título de crédito		Empréstimos e financiamentos			Total	Total	Caixa e equivalentes de	Aplicações financeiras	Dívida líquida
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total					
Saldo em 31 de março de 2024	38.889	113.833	63.231	275.828	339.059	491.781	(284.272)	(63.058)	144.450	
Captações	-	69.536	-	102.191	102.191	171.727	-	-	171.727	
Variações monetárias e juros	3.988	16.021	-	46.422	46.422	66.431	-	-	66.431	
Transferências	33.301	(33.301)	112.468	(112.468)	-	-	-	-	-	
Pagamento de juros	(16.205)	-	(38.366)	-	(38.366)	(54.571)	-	-	(54.571)	
Amortização de principal	(37.997)	-	(55.254)	-	(55.254)	(93.251)	-	-	(93.251)	
Outros	-	-	-	-	-	-	(120.718)	34.137	(86.581)	
Saldo em 31 de março de 2025	21.976	166.089	82.079	311.973	394.052	582.117	(404.990)	(28.921)	148.205	
Captações	-	-	-	105.000	105.000	105.000	-	-	105.000	
Variações monetárias e juros	27.430	-	-	53.727	53.727	81.157	-	-	81.157	
Transferências	8.038	(8.038)	143.456	(143.456)	-	-	-	-	-	
Pagamento de juros	(16.792)	-	(57.398)	-	(57.398)	(74.190)	-	-	(74.190)	
Amortização de principal	(21.398)	-	(92.321)	-	(92.321)	(113.719)	-	-	(113.719)	
Outros	-	-	-	-	-	-	78.883	22.188	101.071	
Saldo em 31 de março de 2026	19.254	158.051	75.816	327.244	403.060	580.365	(326.107)	(6.733)	247.524	

## b. Consolidado

	Título de crédito		Empréstimos e financiamentos			Total	Total	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Dívida líquida
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total					
Saldo em 31 de março de 2024	38.889	113.833	117.615	397.713	515.328	668.050	(289.161)	(63.090)	315.799	
Captações	-	69.536	3.474	246.079	249.553	319.089	-	-	319.089	
Variações monetárias e juros	3.988	16.021	5.018	64.501	69.519	89.528	-	-	89.528	
Transferências	33.301	(33.301)	182.693	(182.693)	-	-	-	-	-	
Pagamento de juros	(16.205)	-	(56.837)	-	(56.837)	(73.042)	-	-	(73.042)	
Amortização de principal	(37.997)	-	(128.784)	-	(128.784)	(166.781)	-	-	(166.781)	
Outros	-	-	-	-	-	-	(137.736)	34.169	(103.567)	
Saldo em 31 de março de 2025	21.976	166.089	123.179	525.600	648.779	836.844	(426.897)	(28.921)	381.026	
Captações	-	-	526	122.122	122.648	122.648	-	-	122.648	
Variações monetárias e juros	27.430	-	32.794	53.727	86.521	113.951	-	-	113.951	
Transferências	8.038	(8.038)	181.959	(181.959)	-	-	-	-	-	
Pagamento de juros	(16.792)	-	(88.958)	-	(88.958)	(105.750)	-	-	(105.750)	
Amortização de principal	(21.398)	-	(144.658)	-	(144.658)	(166.056)	-	-	(166.056)	
Outros	-	-	-	-	-	-	76.095	22.188	98.283	
Saldo em 31 de março de 2026	19.254	158.051	104.842	519.490	624.332	801.637	(350.802)	(6.733)	444.102	

### 33 Subvenção governamental

A Companhia possui programas de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Mato Grosso do Sul – CDI MS na forma de crédito presumido e crédito outorgado, ambos para redução parcial do saldo da conta gráfica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominados “Pró-Desenvolve”. A utilização do benefício pela Companhia está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações de investimento, geração de empregos e metas de faturamento fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia. No exercício findo em 31 de março de 2026 a Companhia obteve o montante de R\$ 46.464 em redução de base de cálculo em decorrência destes benefícios (R\$ 46.894 em 2025).

O Estado do Mato Grosso do Sul já convalidou os incentivos ajustando os Termos de Acordo em concordância com a Lei Complementar nº 160/2007.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal levado.

**Luca Giobbi**  
Diretor

**Marcelo Contini**  
Contador responsável  
CRC/MS 6240/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121 - Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business - 14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650 - kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da  
Sonora Estância S.A.  
Sonora – MS**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sonora Estância S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sonora Estância S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Veja as Notas 4.7, 5.b e 14 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A controlada Rio Corrente Agrícola S.A., da Companhia, mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas.</p> <p>O modelo de avaliação do valor justo da controlada Rio Corrente Agrícola S.A. considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. Essas projeções requerem julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela controlada Rio Corrente Agrícola S.A., principalmente relacionadas a área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;</li><li>– Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e</li></ul>

terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto.

Devido às incertezas e alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, considerando esse assunto significativo em nosso trabalho de auditoria

descontados; e

- Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico.

Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração do ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa abordagem de auditoria e, conseqüentemente, ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que, à mensuração dos ativos biológicos, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião

sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de junho de 2026.

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
**CRC 2SP-027666/0-5 F SP**

**Giovani Ricardo Pigatto**  
**Contador CRC 1SP263189/O-7**

---